



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA

### NOTA TÉCNICA SOBRE ASPECTOS CONDICIONANTES DO FUNCIONAMENTO DA ARENA INDEPENDÊNCIA E IMPACTOS DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS NO LOCAL SOBRE A VIZINHANÇA

Em referência para a audiência pública a ser realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, no dia 4 de dezembro de 2023, às 13h30, no Plenário Camil Caram, nos termos do Requerimento de Comissão 3.040/2023.

#### Considerações Técnicas

O Estádio Raimundo Sampaio, também conhecido como Arena Independência, é imóvel de propriedade do América Futebol Clube, e foi cedido em 2009 ao Estado de Minas Gerais, que realizou obras e concedeu seu uso à iniciativa privada pelo período de 2012 a 2022. Dentre as obrigações da concessionária, Arena Independência Operadora de Estádios S.A., estava a realização de investimentos, manutenção e operação do equipamento, e pagamento de outorga<sup>1</sup>. Em 12 de março de 2022, o Governo do Estado rescindiu o contrato de concessão alegando descumprimento de cláusulas contratuais por parte da empresa concessionária, inclusive em relação a repasse de recursos<sup>2</sup>.

#### **1. Plano Diretor (Lei nº 11.181/19)**

##### **1.1 Zoneamento urbanístico**

Localizada no Bairro Horto, a área em que se situa a Arena Independência é classificada, conforme a Lei nº 11.181/19 (*Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências*), como Área de grandes equipamentos de uso coletivo – Ageuc. Conforme art. 110 da Lei nº 11.181/19, as áreas de grandes equipamentos de uso coletivo são caracterizadas pela presença de equipamentos dessa natureza, ou consistem em áreas destinadas predominantemente à implantação de atividades não residenciais. Nas Ageucs é admitido adensamento construtivo elevado, com o objetivo de maximizar a utilização de terrenos para atendimento das demandas da população. Em Ageucs de propriedade pública o uso residencial somente é admitido se vinculado a habitação de interesse social, se de propriedade privada o potencial construtivo destinado ao uso residencial é limitado ao coeficiente de aproveitamento igual a um inteiro, sendo admitido uso misto. De acordo com o § 10 do art. 176 as áreas classificadas como Ageucs admitem as atividades classificadas conforme o Anexo XIII da Lei nº 11.181/19 nos grupos I a IV<sup>3</sup>, independentemente da classificação dos logradouros adjacentes a elas quanto à permissividade de usos, sendo admitidas, dessa forma, atividades com alto potencial de geração de incômodo.

<sup>1</sup> Fonte: [Concessões e Parcerias - MG - Independência \(ppp.mg.gov.br\)](http://concessoes.e.parcerias-mg.gov.br) acesso em 01/06/2022.

<sup>2</sup> Fonte: [Governo de MG rescinde contrato de concessão com empresa que administra o Independência](http://governo.mg.gov.br) acesso em 29/11/2023.

<sup>3</sup> Lei nº 11.181/19, Art. 174 - Os usos não residenciais são classificados, de acordo com o potencial de geração de incômodos atribuído a cada atividade, em:

I - grupo I - atividades compatíveis com o uso residencial, sem potencial de geração de repercussões negativas e cuja instalação não está condicionada ao cumprimento de medidas mitigadoras ou à limitação de área utilizada pelo empreendimento;

II - grupo II - atividades compatíveis com o uso residencial, com potencial de geração de incômodos de pouca relevância, cuja instalação está condicionada ao cumprimento de medidas mitigadoras ou à limitação de área utilizada pelo empreendimento;

III - grupo III - atividades potencialmente causadoras de maior impacto urbanístico ou ambiental e que, por sua natureza, têm potencial de geração de incômodos de maior relevância, bem como de maior atração de veículos e pessoas;

IV - grupo IV - atividades com alto potencial de geração de incômodos, que geram riscos à saúde ou ao conforto da população ou que sejam de difícil compatibilidade com o funcionamento das atividades urbanas na maioria dos locais.



## 1.2 Licenciamento

O exercício de atividade não residencial depende de prévio licenciamento, através de Documento Municipal de Licença (DML) específico ou Alvará de Localização e Funcionamento (ALF), e deve ocorrer de acordo com os termos desses documentos, em especial aqueles sobre a atividade licenciada; a área utilizada; as restrições ou condições específicas de funcionamento. O empreendedor é responsável pela garantia do exercício da atividade econômica com o cumprimento das medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias atribuídas conforme lei ou em processo de licenciamento urbanístico ou ambiental, atendendo condições de segurança previstas na legislação (art. 339).

São considerados empreendimentos de impacto aqueles que sobrecarreguem a infraestrutura urbana ou tenham repercussão ambiental relevante. São empreendimentos sujeitos a processo de licenciamento específico, urbanístico (pelo Conselho Municipal de Política Urbana - Compur) ou ambiental (pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente - Comam), de acordo com a natureza das repercussões. Esse tipo de licenciamento pode propor medidas mitigadoras específicas ao empreendimento (arts. 340 e 341). O Compur e o Comam podem convocar empreendimento em funcionamento para avaliação de impactos, para estabelecer medidas para sua mitigação (art. 343). Estádios esportivos submetem-se a licenciamento ambiental pelo Comam, sendo que empreendimentos de impacto sujeitos a licenciamento ambiental e urbanístico devem observar os procedimentos do licenciamento ambiental, tendo acrescida ao seu escopo avaliação de impacto urbanístico (art. 344). A avaliação de impacto urbanístico deve considerar a interferência do empreendimento na qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, abordando, inclusive, geração de tráfego e demanda por transporte coletivo, acessibilidade por modos de locomoção não motorizados, paisagem urbana e patrimônio, emissão de ruído (art. 78).

## 1.3 Classificação das atividades, repercussões negativas e medidas mitigadoras

Na tipologia espaços e entidades desportivas e recreativas encontra-se o agrupamento de atividades estádios e ginásios esportivos, que integra as descrições da atividade gestão de estádio esportivo (código 931150001) e gestão de ginásio esportivo (código 931150004), consideradas atividades de alto risco ambiental e alto risco de segurança, sendo classificadas como atividades do Grupo III, e estando sujeitas às seguintes medidas mitigadoras: (i) implantação de alternativa de controle de acesso de veículos à edificação; (ii) realização de medidas para viabilizar a carga e a descarga; (iii) realização de medidas para viabilizar embarque e desembarque; (iv) realização de medidas para prevenção e combate a incêndio; (v) adoção de sistema de tratamento dos efluentes líquidos especiais resultantes do processo produtivo da atividade; (vi) adoção de procedimentos para gerenciamento de resíduos sólidos; (vii) implantação de medidas de controle de ruído e atenuação da vibração, observadas as normas legais de construção, iluminação e ventilação. Essas medidas mitigadoras são associadas às seguintes repercussões negativas da atividade: (i) atração de alto número de veículos leves; (ii) atração de alto número de veículos pesados; (iii) atração de alto número de pessoas; (iv) geração de risco de segurança; (v) geração de efluentes líquidos especiais; (vi) geração de resíduos sólidos especiais e de saúde; (vii) geração de ruídos e vibrações.

## 2. Código de Posturas (Lei nº 8.616/03)

Edificação destinada a atividade que atraia alto número de pessoas sujeita-se a elaboração de laudo técnico descritivo de condições de segurança (art. 231). O exercício de atividade perigosa sujeita-se a processo prévio de licenciamento, estando o requerimento inicial instruído de laudo que ateste atendimento a normas de segurança (art. 238). Gestão de estádio e ginásio esportivo são atividades que possuem essas características (Anexo III do Decreto nº 14.060/10 e Anexo XIII da Lei nº 11.181/19).



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Veículos de tração humana e automotor podem ser utilizados para comercialização de alimento em logradouro público (art. 139), sendo obrigação do licenciado para o exercício dessa atividade comercial zelar pela limpeza do logradouro público (art. 141).

## 3. **Evento (Lei nº 9.063/05)**

Evento é o acontecimento institucional ou promocional de caráter temporário e local determinado previamente planejado para criar conceito e estabelecer imagem de organização, produto, serviço, ideia e pessoa, estando sua realização sujeita a licenciamento. Evento esportivo caracteriza classificação de natureza do acontecimento (arts. 1º, 2º e 3º).

Evento realizado em espaço portador de Alvará de Localização e Funcionamento, executado conforme limites e condicionantes do alvará, é dispensado de licenciamento (art. 4º).

O Decreto nº 13.792/09 (art. 5º) lista documentos a serem apresentados para licenciamento de evento, dentre os quais encontram-se cópia de comunicação à Polícia Militar de Minas Gerais, solicitando a disponibilidade de policiamento para o evento; cópia de comunicação de realização do evento à Fundação Hospitalar de Minas Gerais, e à Secretaria Municipal de Saúde, contendo data, horário, local e público estimado, sem prejuízo das demais providências cabíveis de responsabilidade do empreendedor para garantir a saúde dos participantes; Laudo Técnico de Segurança; Documento Operacional de Trânsito aprovado pela BHTRANS; cópia de comunicação ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais sobre a realização do evento. Conforme o mesmo decreto o Executivo pode exigir apresentação de contrato com garantia de limpeza do local do evento e de todo o seu entorno imediatamente após o encerramento das atividades, sobretudo, providenciando a varrição, a lavagem do piso e a coleta de resíduos sólidos por meio de empresas especializadas, para eventos realizados em locais de propriedade pública (art. 4º, § 5º).

## 4. **Meio ambiente**

Do ponto de vista ambiental, sugere-se que seja solicitado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA o processo de licenciamento ambiental da Arena Independência, a fim de que a partir do Estudo de Impacto Ambiental e de seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA, seja possível verificar o cumprimento ou não das medidas mitigadoras e compensatórias de impactos negativos relacionados ao funcionamento do empreendimento em questão.

Quanto à poluição sonora decorrente do funcionamento da Arena Independência, a lei municipal que precisa ser observada e cumprida é a Lei nº 9.505, de 23 de janeiro de 2008, a qual dispõe sobre o controle de ruídos, sons e vibrações no município de Belo Horizonte, inclusive dispondo sobre a aplicação de penalidades em casos de descumprimento.

## 5. **Desporto**

A Lei nº 9.615, de 1998, que "Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências", determina o Sistema Nacional do Desporto e especifica suas funções e esclarece que as entidades de práticas desportivas, as entidades de administração do desporto e as ligas regionais e nacionais são pessoas jurídicas de direito privado e possuem autonomia em sua organização e funcionamento, bem como regimentos em seus estatutos e contratos sociais:

Art. 13 - O Sistema Nacional do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

Parágrafo único - O Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normatização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- I - o Comitê Olímpico Brasileiro - COB;
  - II - o Comitê Paraolímpico Brasileiro;
  - III - as entidades nacionais de administração do desporto;
  - IV - as entidades regionais de administração do desporto;
  - V - as ligas regionais e nacionais;
  - VI - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores.
  - VII – o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); e
  - VIII – o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).
- (...)

Art. 16. As entidades de prática desportiva e as entidades de administração do desporto, bem como as ligas de que trata o art. 20, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as competências definidas em seus estatutos ou contratos sociais.

A Lei nº 14.597, de 2023, que Institui a Lei Geral do Esporte, revogando o Estatuto do Torcedor, determina em seus dispositivos que o espectador tem direito à segurança nos locais dos eventos e os responsáveis pela organização da competição deverão apresentar laudos técnicos que atestem as condições de segurança das arenas esportivas a serem utilizadas na competição.

Art. 146. O espectador tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das provas ou partidas.

Art. 147. Os responsáveis pela organização da competição apresentarão à Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte (Anesporte) e ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, previamente à sua realização, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e pelas autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança das arenas esportivas a serem utilizadas na competição.

Além disso, a mesma lei esclarece que a responsabilidade pela segurança do espectador em evento esportivo será da organização esportiva e seus dirigentes.

Art. 149. Sem prejuízo do disposto nos [arts. 12, 13 e 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor), a responsabilidade pela segurança do espectador em evento esportivo será da organização esportiva diretamente responsável pela realização do evento esportivo e de seus dirigentes.

Art. 152. As organizações esportivas regionais responsáveis diretamente pela realização da prova ou da partida, bem como seus dirigentes, responderão solidariamente com as organizações esportivas que disputarão a prova ou a partida e seus dirigentes, independentemente de culpa, pelos prejuízos causados ao espectador decorrentes de falhas de segurança nos estádios ou da inobservância do disposto neste Capítulo.

## 6. Saneamento

Segundo o § 2º, art. 48, da Lei nº 10.534/12, que *Dispõe sobre a limpeza urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Município, e dá outras providências*:

§ 2º - Os promotores, os organizadores e os contratantes da realização de eventos são responsáveis pela limpeza e pela remoção dos resíduos gerados na área e nos logradouros públicos limdeiros ao evento, após seu encerramento, comprovando a descarga dos resíduos em local de destinação devidamente autorizado pelo órgão ambiental competente.

A SLU, a seu critério e de forma facultativa poderá realizar a limpeza e a destinação desses resíduos, mediante a cobrança do preço público respectivo; ou a limpeza



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

do local pode ser realizada pelos responsáveis pelo evento, que neste caso deverão apresentar o Plano de Limpeza ao órgão competente pelo licenciamento, conforme disposto no regulamento desta lei e na legislação específica (respectivamente, § 3º e § 4º, art. 48, Lei nº 10.534/12).

Caso os promotores, organizadores e contratantes da realização do evento deixem de limpar e remover os resíduos gerados na área e nos logradouros públicos lindeiros ao evento, após o seu encerramento, comprovando a descarga dos resíduos em local de destinação devidamente autorizado pelo órgão ambiental competente, é prevista multa de R\$ 3.843,47 (Lei nº 10.534/12, Anexo II – Cap. VII).

Conforme art. 55 da Lei nº 10.534/12 constituem atos lesivos à conservação da limpeza urbana:

I - depositar, lançar ou atirar, direta ou indiretamente, nos passeios, vias públicas, quarteirões fechados, praças, jardins, escadarias, passagens, túneis, viadutos, canais, pontes, dispositivos de drenagem de águas pluviais, lagos, lagoas, rios, córregos, depressões, área pública ou terreno não edificado ou não utilizados de propriedade pública ou privada, bem como em pontos de confinamento de resíduos públicos ou em contenedores de resíduos de uso exclusivo da SLU:

a) papéis, invólucros, cascas, embalagens, confetes e serpentinas, ressalvada, quanto aos dois últimos, a sua utilização em dias de comemorações públicas especiais;

(...)

Em caso de infração a esse dispositivo é prevista multa de R\$ 960,87 (Lei nº 10.534/12, Anexo II - Cap. X).

## 7. **Legislação de referência**

- Legislação Federal
  - LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO 2023, que “Institui a Lei Geral do Esporte”.
- Legislação Municipal:
  - LEI Nº 9.063, DE 17 DE JANEIRO DE 2005, que “Regula procedimentos e exigências para a realização de evento no Município”;
  - DECRETO Nº 13.792, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2009, que “Regulamenta a Lei nº 8.762, de 16 de janeiro de 2004, que “Dispõe sobre o Calendário Oficial de Festas e Eventos do Município” e a Lei nº 9.063, de 17 de janeiro de 2005, que “Regula procedimentos e exigências para a realização de evento no Município”;
  - LEI Nº 9.505, DE 23 DE JANEIRO DE 2008, que “Dispõe sobre o controle de ruídos, sons e vibrações no Município de Belo Horizonte e dá outras providências”;
  - LEI Nº 11.181, DE 8 DE AGOSTO DE 2019, que “Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”.

## **Notícias sobre problemas associados à realização de eventos na Arena Independência**

- [Vizinhos da Arena Independência denunciam que foram impedidos de entrar em casa](#): “moradores que vivem perto do estádio Independência não conseguiram entrar em casa no dia do jogo entre América X Colo-Colo, na última terça-feira 18. O problema foi provocado pela mudança da credencial que dá acesso às ruas do entorno” (reportagem do site Notícias R7, de 20/07/2023);
- [Vizinhos de Mineirão e Independência também convivem com problemas](#): “churrasco e lixo nas ruas, barulho, vias fechadas e multas então entre queixas” (reportagem do Jornal O Tempo, de 29/09/2023);



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- [Vizinhos reivindicam direito de ir e vir, limpeza e fiscalização em dias de jogo](#): “interdição de ruas com muita antecedência, comércio e estacionamento irregular, fogos, urina e lixo nas calçadas afetam moradores” (notícia da página da Câmara Municipal de Belo Horizonte na Internet, de 09/06/2022);
- [Depois de confrontos, moradores do entorno do Independência cobram mais segurança](#): “moradores do entorno do Estádio Independência relatam os transtornos que enfrentam a cada partida de futebol disputada na arena. No domingo, PM e torcedores invadiram casas da região” (reportagem do Jornal Estado de Minas, de 03/11/2015);
- [Vizinhos do Independência reclamam de transtornos após jogos no estádio](#): “ainda de ressaca da última partida no Horto, moradores dizem que medidas revistas para minimizar problemas não foram adotadas e denunciam sujeira, falta de banheiros e transtornos que se estendem até o dia seguinte” (reportagem do Jornal Estado de Minas, de 24/04/2015).

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2023.

Jeferson Couto  
Consultor Legislativo de Política Urbana

Bethânia Melo Boechat  
Consultora Legislativa de Meio Ambiente

Laurence Costa  
Consultora Legislativa de Educação e Cultura

Maria Batista  
Consultora Legislativa de Saúde

Pedro Schettini Cunha  
Administrador

Marcelo A. de Menezes  
Engenheiro Civil